

UM PAÍS DE PSICÓLOGOS?

ANÁLISE DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM PSICOLOGIA EM PORTUGAL

VÍTOR COELHO, PATRÍCIA BRÁS, LILIANA PEREIRA E ANA AMARO | GABINETE DE ESTUDOS DA OPP

De forma a compreendermos melhor as condicionantes das questões de empregabilidade na Psicologia em Portugal é necessário perceber a evolução da formação universitária em Psicologia em Portugal. Só desta forma é possível compreender como passámos de quase 8000 licenciados a quase 23000 formandos em Psicologia durante a década passada.

As primeiras licenciaturas em Psicologia em Portugal foram criadas após a mudança de regime político, mas os primeiros licenciados apenas concluíram a sua formação a partir de 1980 e durante essa década o número de licenciaturas manteve-se estável. Foi apenas na década de 90 que começámos a assistir à criação de novas licenciaturas, elevando-se o número destas para 10 em 1995. O crescimento acentuou-se bastante desde aí, atingido 23 licenciaturas no ano de 2000. Este crescimento prolongou-se durante a primeira metade da década anterior chegando a 35 licenciaturas em 2005. A partir do ano de 2004, Portugal passou a deter mais licenciaturas em Psicologia do que a Espanha.

Durante os últimos 3 anos temos assistido a uma ligeira redução no número de instituições com cursos de Psicologia em funcionamento, após um pico de 37 em 2007, diminuíram para 34 em 2010 e 32 neste ano lectivo.

Apesar do crescimento de licenciaturas (pós 1995) ter produzido um conjunto de cursos distribuídos pelo país, ainda existe actualmente uma grande agregação de cursos no distrito do Porto (9) e em Lisboa (8). Isto configura uma concentração particularmente elevada de cursos numa área geográfica limitada. Se tomarmos como exemplo a situação nos países da União Europeia (apresentada na Figura 2), significa que só o Distrito do Porto tem mais formações universitárias em Psicologia do que a Áustria e que os

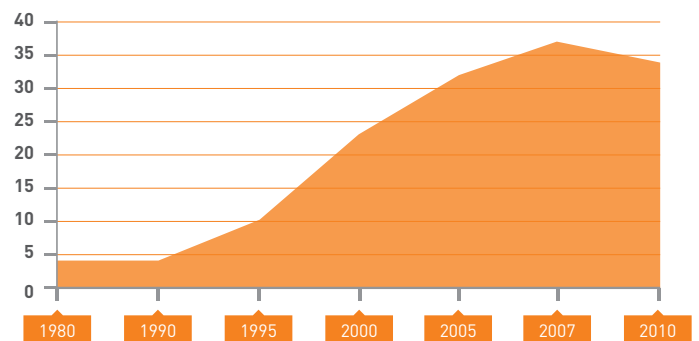


FIGURA 1 › Número de licenciaturas em Psicologia 1980 - 2012

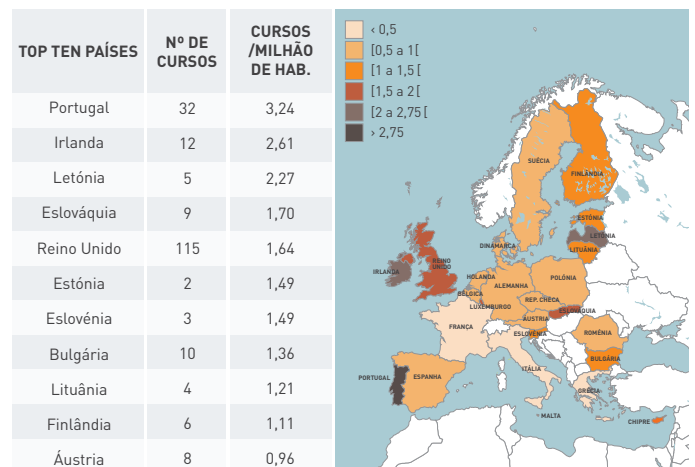


FIGURA 2 › Rácio de cursos em Psicologia por milhão de habitantes

Distritos de Lisboa e Setúbal apresentam mais formação universitária em Psicologia do que a Bélgica, país comparável em termos de população.

O presente número de licenciaturas faz com que Portugal se destaque a nível da União Europeia como o país que, de longe, tem mais cursos de Psicologia por milhão de habitantes. Portugal apresenta praticamente o dobro do rácio do Reino Unido e mais do que 4 vezes mais cursos por milhão de habitantes do que a Espanha.

A evolução do número de vagas em Psicologia em Portugal tem seguido desenvolvimentos diferentes nos dois sistemas de ensino: estável, nos últimos 4 anos, nas Universidades Públicas, mas apresentando um forte decréscimo (cerca de 25%) nas Universidades Privadas. É necessário ainda considerar que os cursos das Universidades Públicas tendem a colocar mais candidatos do que o número de vagas disponíveis devido aos vários regimes de colocação especiais, enquanto entre os cursos de Universidades Privadas tendencialmente as vagas não são totalmente preenchidas.

Actualmente existe uma tendência de diminuição da procura dos cursos de 1º ciclo em Psicologia que se manifesta de duas formas distintas: a) no Ensino Público tem diminuído o número de candidatos que escolhem os vários cursos de Psicologia como 1ª opção (como pode ser constatado na tabela 1); b) no Ensino Privado e Cooperativo não têm sido preenchidas a totalidade das vagas disponibilizadas: no ano lectivo de 2010/11, segundo o GPEARL (2011) apenas 51,6% (1019 em 1975) das vagas foram preenchidas.

A título de exemplo podemos constatar que existiu, em 2011/2012, uma procura pelo curso do ISCTE que se cifrou num número de candidatos em 1ª opção 3,37 vezes superior ao número de vagas disponíveis.

Podemos assim afirmar que assistimos, durante os últimos 3 anos de admissão, a uma diminuição de candidatos que escolhem como 1ª opção o curso de Psicologia, que é notória nas candidaturas do ano lectivo 2011/12. Existem presente-mente instituições que apresentam mais vagas do que candidatos que escolhem o curso de Psicologia dessa instituição como 1ª opção (Universidades da Beira

Interior e de Aveiro este ano, do Algarve nos dois últimos anos).

O mesmo cenário de redução do número de candidatos pode ser aferido com maior gravidade nas Instituições de Ensino Privado, onde as consequências se traduzem no não preenchimento total das vagas disponíveis para o regime geral de acesso. No presente ano lectivo, na zona da Grande Lisboa e considerando os 4 cursos de Ensino Privado e Cooperativo cujas instituições nos forneceram informação, apenas 33% (213 em 640) das vagas foram preenchidas. No distrito do Porto, nas 7 instituições de Ensino Privado que disponibilizaram esses dados, apenas 40,4% (216 em 535) das vagas de contingente geral foram preenchidas. Três instituições de ensino superior negaram-se a disponibilizar a informação solicitada.

Estes números tornam-se mais preocupantes quando analisamos o acesso disponibilizado aos Maiores de 23, regime de acesso que está a representar uma percentagem cada vez maior de alunos que obtêm vaga, nem sempre respeitando a percentagem de vagas fixadas para esse regime. No ano lectivo de 2010/11, segundo o GPEARL (2011), 5 instituições ultrapassaram largamente o número de vagas disponíveis para esse regime. O exemplo extremo é o do ISLA de Bragança onde foram fixadas 2 vagas e entraram 10 alunos, ou seja dos 10% de vagas disponibilizadas para este regime resultou na entrada de 83,3% dos alunos.

Estes dados mostram-nos a importância de suscitar, junto do Ministério da Educação, a discussão sobre a clara sobredimensão da rede de formações universitárias em Psicologia em Portugal, face às recomendações internacionais (menos de 0,5 estudantes de Psicologia por mil habitantes; Tikkanen, 2004). Ademais, face aos altos níveis de desemprego identificados noutra artigo nesta revista torna-se urgente uma redução do número de vagas oferecidas para o acesso à formação em Psicologia, particularmente nas áreas de Lisboa e Porto. Seria importante que este esforço de redução promovesse a racionalização da oferta de formação a este nível, e fosse realizado de uma forma concertada envolvendo as várias instituições que ministram o curso de Psicologia, bem como a instituição que representa os profissionais da Psicologia: a Ordem dos Psicólogos.

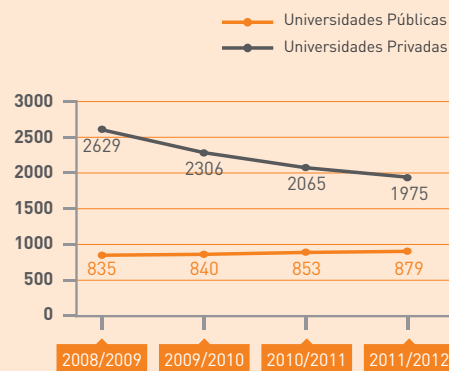


FIGURA 3 > Evolução de vagas no Ensino Superior 2008 a 2012

Instituições de Ensino	Ano de Entrada		
	2009/10	2010/11	2011/12
ISCTE	3,56	3,67	3,37
FPCE - Uni. Porto	1,71	4,04	3,12
EP - Uni. Minho	1,05	1,41	1,52
Uni. Açores	1,88	1,64	1,46
FPCE - Uni. Coimbra	1,95	2,19	1,4
UTAD	1,87	1,71	1,4
FP - Uni. Lisboa	1,39	1,61	1,19
Uni. Madeira	1,8	1,85	1,1
Uni. Évora	1,34	1,68	1,08
UBI	1,33	1,45	0,9
Uni. Algarve	1,05	0,88	0,85
Uni. Aveiro	2,57	2,37	0,7

TABELA 1 > Candidatos em 1ª opção/número de vagas disponíveis no Ensino Superior público

Instituições de Ensino	Vagas Regime Maiores de 23			
	Vagas	Entradas	% Real	% Fixada
Uni. Autónoma de Lisboa	14	21	41,5%	21,8%
Uni. Lusitana do Porto	10	16	34%	10%
Instituto Piaget (Almada)	5	14	7,1%	56%
ISLA - Bragança	2	16	10%	83,3%
ISLA - Leiria	0	17	0%	35,4%

TABELA 2 > Vagas disponibilizadas para o regime de maiores de 23 face ao número de entradas